



SIMULADOSBR
ESTUDE COM A GENTE!

1º Simulado Preparatório para o Concurso do Ministério Público de São Paulo

Cargo: Analista Jurídico do MP

Informações

- ✓ Tempo de Prova: 05h
- ✓ Banca Organizadora: VUNESP
- ✓ Número de Questões: 100
- ✓ Modalidade: Múltipla Escolha

Conteúdo / Nº de Questões

- Língua Portuguesa – 08
- Atualidades – 04
- Direito Constitucional e Ministério Público – 10
- Direito Administrativo – 08
- Direito Penal – 12
- Direito Processual Penal – 12
- Direito Civil – 08
- Direito Processual Civil – 08
- Direito da Infância e Juventude – 06
- Tutela de Interesses Difusos e Coletivos – 12
- Direito Comercial e Empresarial – 04
- Direitos Humanos – 04
- Direito Eleitoral – 04

Importante

O simulado é feito com muita atenção e zelo para que ele seja fidedigno ao conteúdo normalmente exigido pela banca nos concursos anteriores.

Buscamos captar questões bem elaboradas que já foram aplicadas em concursos anteriores. Quando o conteúdo foi pouco explorado em outras provas, realizamos nossas próprias questões com base na dificuldade e padrões da banca.

Curta nossa página no [Facebook](#) para manter-se sempre atualizado sobre novos simulados.

Caso tenha dúvidas ou sugestões, queira fazer críticas ou até mesmo solicitar outros simulados, entre em contato conosco!

Motivação

Analistas Jurídicos têm o prestígio da população. A profissão é muito bem quista e engrandece o indivíduo.

Entre as funções de um Analista Jurídico, estão a de: prestar auxílio técnico-jurídico às atividades processuais e extraprocessuais do Ministério Público; elaborar minutas de peças processuais, pareceres e outras manifestações próprias da função de execução, além de análises, estudos, exames, pesquisas, relatórios e trabalhos de natureza jurídica atinentes a feitos judiciais.

A remuneração inicial do recém-nomeado será no valor de **R\$ 8.895,63** considerando todos os benefícios.



Bom Simulado!

Língua Portuguesa

(Questões 01 a 04) Texto I – Sabedoria de Sêneca

Entre as tantas reflexões sábias que o filósofo estoico Sêneca nos deixou encontra-se esta: “Deve-se misturar e alternar a solidão e a comunicação. Aquela nos incutirá o desejo do convívio social, esta, o desejo de nós mesmos; e uma será o remédio da outra: a solidão curará nossa aversão à multidão, a multidão, nosso tédio à solidão”. É uma proposta admirável de equilíbrio, válida tanto para o século I, na pujança do Império Romano em que Sêneca viveu, como para o nosso, em que precisamos viver. É próprio, aliás, dos grandes pensadores, formular verdades que não envelhecem.

Nesse seu preciso aconselhamento, Sêneca encontra a possibilidade de harmonização entre duas necessidades opostas e aparentemente inconciliáveis. O decidido amor à solidão ou a necessidade ingente de convívio com os outros excluem-se, a princípio, e marcariam personalidades radicalmente distintas. Mas Sêneca sabe que ambas podem ser insatisfatórias em si mesmas: a natureza humana comporta impulsos contraditórios. Por isso está no sistema filosófico dos estoicos a noção de equilíbrio como princípio inescapável para o que consideram, como o melhor dos nossos destinos, a “tranquilidade da alma”.

Esse equilíbrio supõe aceitarmos as tensões polarizadas de nossa natureza dividida e aproveitar de cada polaridade o que ela tenha de melhor: a solidão nos impulsiona para o reconhecimento de nós mesmos, para a nossa identidade íntima, para a diferença que nos identifica entre todos; a companhia nos faz reconhecer a identidade do outro, movida pela mesma força que constitui a nossa. Sêneca, ao reconhecer que somos unos em nós mesmos, lembra que essa mesma instância de unidade

está em todos nós, e tem um nome: humanidade.

(Altino Sampaio)

01. Está plenamente correta, clara e coerente a redação deste livre comentário sobre o texto:

- Lendo esta passagem de Sêneca, é forçoso admitir-se de que suas verdades falam fundo conosco mesmos, uma vez que enaltecem tanto nossos defeitos quanto nossas virtudes.
- É próprio do estoicismo a decisão de buscar a qualquer custo o equilíbrio onde as forças opostas ensejem combinar-se de modo a constituir uma plena harmonização entre si.
- Trata-se de encontrar conforto em nosso ilhamento social, quando este significa sobretudo, esquecermos de que somos uma espécie constituída para se contar com as regras de um bom convívio.
- Àqueles que se censuram, culpando-se por sua aversão à vida social, Sêneca lembra que esse sentimento pode ser superado, quando o tédio à solidão leva à busca da multidão.
- Sêneca encontrou numa alternativa entre vida pessoal e vida pública a fórmula para remeter uma a outra, de modo que ambas possam ser objeto de insatisfação à medida mesma em que se complementam.

02. Em síntese, a reflexão de Sêneca transcrita no texto incide sobre

- um diálogo entre duas situações radicalmente opostas, no qual cada uma só se afirma na medida em que suprime a outra.
- uma oposição entre sentimentos supostamente inconciliáveis que, no entanto, ganham complementaridade em sua alternância.
- uma contenda entre duas iniciativas de comportamento na qual ambas são superadas pelo surgimento de uma terceira alternativa.

- d) uma alternância entre duas soluções para um único problema, qual seja, o do indivíduo que só deseja superar seu estado de isolamento.
- e) um confronto entre duas providências radicalmente opostas, que devem ser mantidas nessa condição estática para se fortalecerem.

03. Ao considerar uma relação entre a aversão à multidão e o tédio à solidão, Sêneca subentende que

- a) ambos os sentimentos representam a mesma necessidade que têm as pessoas de afirmar sua autossuficiência diante da incompletude alheia.
- b) a qualidade salientada em cada um desses estados faz com que nenhum deles, em separado, seja visto com carga negativa.
- c) multidão e solidão são, em si mesmas, condições humanas satisfatórias, sobretudo quando a cada uma delas se atribua um valor absoluto.
- d) a comunicação e o isolamento são alternativas passageiras, já que sempre optamos por um deles como escolha definitiva.
- e) a qualidade negativa de cada um dos termos dessa relação é o que levará ao reconhecimento da necessidade que tem do outro.

04. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:

- a) formular verdades que não envelhecem (1º parágrafo) = fomentar razões permanentes
- b) Esse equilíbrio supõe aceitarmos (3º parágrafo) = Tal estabilidade conta com que admitamos
- c) necessidades opostas e aparentemente inconciliáveis (2º parágrafo) = motivos divergentes e supostamente irretratáveis.
- d) princípio inescapável (2º parágrafo) = postulado inapreensível
- e) nos inculcará o desejo do convívio (1º parágrafo) = estimulará nosso intento de cumplicidade

(Questão 05) Texto II



05. Assinale a alternativa que, em conformidade com as regras vigentes de acentuação gráfica, pontuação e ortografia, reproduz uma mensagem compatível com a do texto.

- a) Alguém ligou atrás de você oferecendo benefício da Previdência? Tome cuidado. Por que? Por que isso é fraude.
- b) Uma pessoa ligou para você oferecendo benefício da Previdência? Isso é falcatura. Haja com cuidado.
- c) Sempre que alguém ligar para você com oferta de benefício da Previdência, isso é golpe. Por tanto, tome cuidado.
- d) Toda vez que alguém ligar para você oferecendo benefício da Previdência, isso é fraude. Por isso, conseqüentemente, tome cuidado.
- e) Alguém ligou para você oferecendo benefício da Previdência? Isso é fraude. Tome, pois, cuidado.

06. Assinale a alternativa correta quanto ao emprego do acento indicativo da crase, de acordo com a norma-padrão.

- a) No que tange à pesquisas do IBGE, vê-se que a situação econômica tem gerado certa inquietude.
- b) Considerada a inflação, o rendimento médio do país não chegou à superar o valor de 2017.
- c) A construção civil não propõe à criação de novos postos de trabalho, por causa da crise.

d) Segundo as previsões, o crescimento da economia brasileira em 2018 irá à 3%, no máximo.

e) A oferta de empregos com carteira assinada à população trabalhadora ainda é baixa.

(Questão 07) Texto III – Meio-dia

A tarde é uma tartaruga com o casco empoeirado a arrastar-se penosamente, as sombras foram esconder-se debaixo da barriga dos cavalos, tudo parece uma infinita quarentena – mas está marcado exatamente meio-dia nos olhos dos gatos.

(Mario Quintana)

07. Na passagem – A tarde é uma tartaruga com o casco empoeirado... –, a figura presente é

- a) a metáfora, associando-se a tarde à ideia de lentidão da passagem do tempo.
- b) a sinestesia, misturando-se sensações para descrever a tarde vagarosa.
- c) a catacrese, configurando-se a morosidade da tartaruga como ideia cristalizada.
- d) o eufemismo, abrandando-se o sentido da ideia de enfado vivido na tarde.
- e) a metonímia, substituindo-se a ideia de vagarosidade por tartaruga.

08. A concordância nominal está de acordo com a norma-padrão em:

- a) Sucesso e diversão são compatível; aliás, trabalho sem diversão pode levar ao adoecimento.
- b) Preocupado em conquistar estabilidade financeira, nós acabamos não dando atenção ao lazer.
- c) A combinação entre sucesso profissional e lazer deve ser transformada em propósito de vida.
- d) É extremamente necessário a dedicação de algumas horas na semana ao convívio social.

e) Ainda são muito escasso, em comparação com o tempo de trabalho, os momentos de diversão.

Atualidades

Notícia I

A comunidade mais abalada pelo vulcão foi isolada após a decretação de uma nova retirada obrigatória na quinta-feira (31 de maio de 2018), quando a erupção chegou à sua quarta semana sem fim à vista. Autoridades da Defesa Civil haviam dito que cerca de dois mil moradores foram retirados no início da erupção atual, que começou no dia 3 de maio. Mas a estimativa é de que o número total de deslocados tenha subido para cerca de 2500. A erupção de vulcão chegou à 4ª semana.

(UOL – 01/06/18)

Notícia II

Pelo menos 62 pessoas morreram e 300 ficaram feridas após a erupção do Vulcão de Fogo neste domingo (3 de junho de 2018), que provocou uma nuvem de pequenas pedras e cinzas que cobriu a região da capital do país. A expectativa oficial é de que o saldo de mortes aumente. A maioria das vítimas morreu queimada devido aos rios de lava e à avalanche de detritos que chegaram a temperaturas perto de 700 °C, atingindo o vilarejo mais próximo do vulcão.

(Folha de São Paulo – 03/06/18)

09. As duas erupções ocorreram, respectivamente, no

- a) Paquistão e no Japão.
- b) Havaí e na Guatemala.
- c) Afeganistão e na China.
- d) México e no Nepal.
- e) Alasca e na Sibéria.

Notícia III

O presidente da Petrobras, Pedro Parente, pediu demissão na manhã desta sexta-feira (1º de junho de 2018) em caráter “irrevogável e irretratável”. Parente ficou exatamente dois anos no comando da Petrobras, já que tomou posse no dia 1º de junho de 2016.

(G1 – 01/06/18)

10. A decisão de Pedro Parente, ocorrida após a paralisação dos caminhoneiros, teve como fundamento

- a) a oposição com relação à decisão do governo federal em subsidiar a produção de combustíveis.
- b) o comprometimento da balança de pagamentos do governo federal devido à estatização de refinarias.
- c) o impacto nos recursos financeiros da Petrobras ocasionado pela queda no consumo de combustíveis.
- d) o questionamento sobre a política de preços da Petrobras adotada durante a sua gestão.
- e) a crítica pública que a Petrobras recebeu do governo federal, responsabilizando-a pela crise.

Notícia IV

O Fundo Monetário Internacional (FMI) avalia como avançadas as negociações para um acordo com o país, que solicitou uma linha de crédito “stand-by” para combater uma recente crise cambial e seguir adiante com as reformas econômicas do governo.

(Valor – 04/06/18)

11. A notícia aborda a situação econômica

- a) argentina.
- b) chilena.
- c) colombiana.
- d) uruguaia.
- e) paraguaia.

Notícia V

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) acompanha com preocupação o impacto da greve dos caminhoneiros. O bloqueio das rodovias do país prejudica a operação das indústrias, aumenta os custos, penaliza a população e tem efeitos danosos sobre a economia, que enfrenta dificuldades para se recuperar da crise recente. Por isso, a CNI defende a suspensão dos bloqueios das estradas, enquanto as partes envolvidas negociam o fim da greve dos caminhoneiros. A expectativa da indústria é que o acordo privilegie o equilíbrio, e que os interesses de grupos não se sobreponham aos dos demais setores da sociedade ou onerem ainda mais os custos de produção. A greve já está afetando a produção, distribuição de bens e a segurança dos cidadãos.

(CNI – 24/05/18)

12. Qual foi o fator que motivou o início da greve dos caminhoneiros por todo o país em Maio de 2018?

- a) novos tributos no preço do frete.
- b) mudanças na legislação de pesos permitidos por frete.
- c) aprovação da Lei do Caminhoneiro.
- d) aumentos constantes do preço dos combustíveis.
- e) tarifa reajustada de 20% no preço dos pedágios federais.

Direito Constitucional e Ministério Público

13. Nos termos da Constituição Federal de 1988 (CF), a República Federativa do Brasil constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamento o(a)

- a) cidadania.
- b) repúdio ao terrorismo.

- c) defesa da paz.
- d) autodeterminação dos povos.
- e) erradicação da pobreza.

14. Assinale a alternativa correta que corresponda à previsão da Constituição Federal de 1988 sobre a repartição de competências entre os entes federativos.

- a) É competência privativa da União legislar sobre procedimentos em matéria processual.
- b) Compete privativamente à União legislar sobre proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência.
- c) Em se tratando de competência legislativa concorrente, caso um Estado X legisle de forma plena sobre normas gerais e específicas, e, posteriormente, sobrevenha lei federal sobre normas gerais, a lei estadual será abrogada no que lhe for contrário.
- d) Compete à União, Estados-membros e Distrito Federal legislar concorrentemente sobre custas dos serviços forenses.
- e) É competência comum da União, Estados-membros e Distrito Federal legislar sobre populações indígenas.

15. Acerca da forma e sistema de governo, chefia de estado e chefia de governo, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Atualmente, o Brasil adota a República como sistema de governo.
- b) No Parlamentarismo, as funções de Chefe de Estado e de Chefe de Governo não são exercidas por uma única pessoa.
- c) No Presidencialismo, as funções de Chefe de Estado e Chefe de Governo encontram-se nas mãos de uma única pessoa, qual seja, o Presidente da República; esta forma de governo é a prevista na Constituição Brasileira.
- d) O Brasil é uma República Presidencialista, e seus governantes são eleitos indiretamente pelo povo.

- e) A Monarquia é uma forma de governo em que há uma participação direta do povo na escolha dos governantes.

16. A polícia pode entrar em domicílio à noite sem o consentimento do morador, segundo a Constituição (CRFB), o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Superior Tribunal de Justiça (STJ), se

- a) fundadas razões, formalmente justificadas a posteriori, indicarem a ocorrência de crime permanente.
- b) houver determinação judicial de prisão do morador.
- c) passadas as 18 horas, o crepúsculo ainda não tiver acontecido, em virtude do horário de verão.
- d) o morador não reivindicar verbalmente a inviolabilidade do domicílio ou estiver em um quarto de hotel.
- e) a intuição da autoridade policial apontar para possível ocorrência de tráfico de drogas no interior da residência, o que configura flagrante delito.

17. François nasceu no território brasileiro durante o período em que seus pais, nacionais franceses, aqui estavam por se encontrarem em gozo de licença na fábrica de bijuterias em que trabalhavam na França. À luz da sistemática constitucional, François:

- a) é brasileiro nato, desde que seus pais tenham requerido;
- b) é brasileiro nato, desde que o requeira aos dezoito anos;
- c) é brasileiro nato, independente de requerimento;
- d) é apenas nacional francês, não brasileiro;
- e) pode naturalizar-se brasileiro.

18. Vagando os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República,

- a) caberá ao Tribunal Superior Eleitoral dar posse aos candidatos segundos colocados no pleito em que eleitos os antecessores.
- b) não há solução prevista expressamente na Constituição da República para a sucessão, cabendo ao Congresso Nacional dispor sobre a matéria.
- c) será chamado ao exercício da Presidência o Presidente da Câmara dos Deputados, que deverá completar o período de mandato de seus antecessores.
- d) será realizada eleição pelo Congresso Nacional, trinta dias depois da última vaga, caso a vacância ocorra nos últimos dois anos do período presidencial.
- e) deverá ser convocado plebiscito para decidir quanto à necessidade de realização de nova eleição.

19. A Educação é um direito social que a todos deve alcançar, sendo indispensável à formação do indivíduo. Acerca do tema, assinale a alternativa correta:

- a) Ao tratar da igualdade de condições para o acesso e permanência, o Estatuto da Criança e do Adolescente deixa implícita a necessidade da adequação da metodologia de ensino aos novos tempos, de modo que a educação atenda às "necessidades pedagógicas" específicas do corpo discente.
- b) Os sistemas de Ensino não podem influenciar os alunos acerca da criação, por parte destes, de entidades estudantis.
- c) A oferta da Educação Infantil pela rede pública de ensino, no que tange ao atendimento em creche e ao acesso ao pré-escolar, se dará de acordo com a oportunidade e conveniência administrativa.
- d) O acesso ao ensino obrigatório e gratuito constitui um direito público objetivo.
- e) É assegurado, tanto aos alunos da rede pública, quanto particular de ensino, sendo

admissível a aplicação da "expulsão" do aluno somente a título de sanção disciplinar.

20. De acordo com a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei Federal nº 8.625/93), incluem-se dentre os órgãos de execução

- a) a Procuradoria-Geral de Justiça e as Promotorias de Justiça.
- b) o Procurador-Geral de Justiça e o Conselho Superior do Ministério Público.
- c) o Conselho Superior do Ministério Público e as Procuradorias de Justiça.
- d) a Corregedoria-Geral do Ministério Público e os Procuradores de Justiça.
- e) as Promotorias de Justiça e os Promotores de Justiça.

21. De acordo com a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei Federal nº 8.625/93), NÃO compete ao Colégio de Procuradores de Justiça

- a) propor ao Procurador-Geral de Justiça a criação de cargos e serviços auxiliares.
- b) eleger o Corregedor-Geral do Ministério Público.
- c) aprovar o quadro geral de antiguidade do Ministério Público e decidir sobre reclamações formuladas a esse respeito.
- d) aprovar a proposta orçamentária anual do Ministério Público, elaborada pela Procuradoria-Geral de Justiça.
- e) destituir o Corregedor-Geral do Ministério Público em caso de abuso de poder, conduta incompatível ou grave omissão nos deveres do cargo.

22. Segundo o disposto na Lei Complementar Estadual nº 734/93, cabe aos Promotores de Justiça

- a) impetrar mandado de segurança e requerer correção parcial, inclusive perante os Tribunais Estaduais competentes.

- b) atender e representar judicialmente a qualquer do povo, tomando as medidas administrativas e judiciais cabíveis.
- c) oficiar perante a Justiça Eleitoral de primeira e segunda instâncias, avocando as atribuições do Ministério Público Federal.
- d) oficiar perante a Justiça do Trabalho nas Comarcas em que houver Varas do Trabalho.
- e) exercer as atribuições de Ministério Público junto aos Tribunais, inclusive a de interpor recursos aos Tribunais Superiores, desde que não privativas do Procurador-Geral de Justiça.

Direito Administrativo

23. A Constituição Federal, no Artigo 37, preceitua que a Administração Pública obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Também existem princípios que por nortear a atividade administrativa, informam e fundamentam o Direito Administrativo. Um princípio do Direito Administrativo estabelece que a Administração Pública esteja obrigada a policiar, em relação ao mérito e à legalidade, os atos administrativos que pratica, cabendo assim retirar do ordenamento jurídico os atos inconvenientes e inoportunos e os ilegítimos. Trata-se do princípio da

- a) autotutela.
- b) indisponibilidade.
- c) eficiência.
- d) finalidade.
- e) confiança.

24. Consiste na entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, criada em virtude de autorização legislativa, para o desenvolvimento de atividades que não exijam execução por órgãos ou entidades de direito público, com autonomia administrativa, patrimônio próprio gerido

pelos respectivos órgãos de direção e funcionamento custeado por recursos do poder público e de outras fontes. O conceito apresentado refere-se

- a) a autarquia.
- b) à União.
- c) a fundação.
- d) a empresa pública.
- e) a município.

25. De acordo com a classificação dos órgãos públicos, analise o trecho a seguir e assinale a alternativa que aponta a classificação correspondente.

“São os originários da Constituição e representativos dos três Poderes do Estado, sem qualquer subordinação hierárquica ou funcional, e sujeitos apenas aos controles constitucionais de um sobre o outro; suas atribuições são exercidas por agentes políticos.”

(Maria Sylvia Zanella Di Pietro)

- a) Órgãos autônomos.
- b) Órgãos independentes.
- c) Órgãos superiores.
- d) Órgãos centrais.
- e) Órgãos subalternos.

26. O conceito de Administração Pública possui vários sentidos, sendo correto afirmar que:

- a) sob o sentido formal, a Administração Pública deve ser entendida como o conjunto de funções administrativas exercidas pelo Estado.
- b) sob o sentido objetivo, entende-se como Administração Pública a estrutura orgânica do Estado, definidora do conjunto de estruturas de competências legalmente definidas.
- c) sob o sentido empreendedor, a Administração Pública é o conjunto de funções administrativas exercidas pelo Estado de forma empreendedora, visando o atingimento das suas finalidades.

d) sob o sentido material, a Administração Pública deve ser entendida como a atividade administrativa exercida pelo Estado.

e) sob o sentido material, entende-se como Administração Pública o conjunto de órgãos do Estado, isto é, a estrutura estatal.

27. Sobre o poder de polícia, tem-se o seguinte:

a) o poder de polícia baseia-se no princípio da supremacia do interesse público sobre o particular e, por esse motivo, é incompatível com as liberdades individuais.

b) a polícia administrativa é privativa de corporações especializadas, assim entendidas a polícia civil e a polícia militar.

c) a executoriedade do poder de polícia está condicionada à sua exigibilidade e esta, por sua vez, à prévia autorização judicial.

d) a decretação do estado de sítio permite a extensão excepcional do poder de polícia, com possibilidade de restrições aos direitos de reunião, à liberdade de imprensa e à própria inviolabilidade de domicílio.

e) a coercibilidade inerente ao poder de polícia não exime a Administração de buscar, em juízo, autorização para restringir direitos dos administrados.

28. Analise as afirmativas abaixo:

1. O poder regulamentar da Administração Pública é exercido independentemente da preexistência de lei, emanando diretamente da Constituição.

2. Incorre em arbitrariedade o agente público que atua dentro da margem de liberdade conferida pela lei, pautado em critérios de conveniência e oportunidade.

3. Poder disciplinar é a prerrogativa do Poder Público que autoriza a Administração a restringir o exercício de atividades individuais em razão de interesse da coletividade.

4. Diz-se que há excesso de poder quando o agente público atua fora dos limites de sua competência.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas corretas.

a) É correta apenas a afirmativa 4.

b) São corretas apenas as afirmativas 1 e 2.

c) São corretas apenas as afirmativas 1 e 3.

d) São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 3.

e) São corretas apenas as afirmativas 1, 3 e 4.

29. Situação hipotética: Rafael, chefe do setor de almoxarifado de determinada autarquia, concede férias para Bernardo; contudo, nos termos das regras hierárquico-administrativas da pessoa autárquica, a competência para conceder tal benefício pertence ao presidente da entidade. Neste caso hipotético, é correto afirmar que no que diz respeito ao ato administrativo praticado, o Rafael:

a) Deverá ser convertido em ato administrativo válido dentro da mesma categoria.

b) Deverá ser revogado uma vez que eivado de vício insanável de forma.

c) Deverá ser cassado uma vez que eivado de vício de competência insanável.

d) Poderá ser convertido em ato administrativo válido dentro de outra categoria.

e) Poderá ser convalidado uma vez que eivado de vício sanável.

30. É exemplo de ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário:

a) perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública de qualquer natureza.

b) praticar ato visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto na regra de competência.

c) conceder benefício administrativo ou fiscal sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie.

d) perceber vantagem econômica, direta ou indireta, para facilitar a alienação, permuta ou locação de bem público ou o fornecimento de serviço por ente estatal por preço inferior ao valor de mercado.

e) receber, para si ou para outrem, dinheiro, bem móvel ou imóvel, ou qualquer outra vantagem econômica, direta ou indireta, a título de comissão de quem tenha interesse, direto ou indireto, que possa ser atingido por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público.

Direito Penal

31. Assinale a alternativa que indica a teoria adotada pela legislação quanto ao tempo do crime.

- a) Retroatividade.
- b) Atividade.
- c) Territorialidade.
- d) Ubiquidade.
- e) Extraterritorialidade.

32. Sobre a territorialidade e a extraterritorialidade da lei penal, previstas nos artigos 5º e 7º do Código Penal, assinale a alternativa correta

- a) Ao crime cometido no território nacional, aplica-se a lei brasileira, independentemente de qualquer convenção, tratado ou regra de direito internacional.
- b) Ao autor de crime praticado contra a liberdade do Presidente da República quando em viagem a país estrangeiro, aplica-se a lei do país em que os fatos ocorrerem.
- c) Embarcação brasileira a serviço do governo brasileiro, para os efeitos penais, é considerada extensão do território nacional.

d) Crime cometido no estrangeiro, praticado por brasileiro, fica sujeito à lei brasileira independentemente da satisfação de qualquer condição.

e) Aplica-se a lei brasileira ao crime cometido por estrangeiro contra brasileiro fora do Brasil, independentemente da satisfação de qualquer condição.

33. A imputabilidade é definida como

a) a capacidade mental, inerente ao ser humano, de, ao tempo da ação ou da omissão, entender o caráter ilícito do fato e de determinar-se de acordo com esse entendimento.

b) a contrariedade entre o fato típico praticado por alguém e o ordenamento jurídico, capaz de lesionar ou expor a perigo de lesão bens jurídicos penalmente protegidos.

c) a reprovabilidade ou o juízo de censura que incide sobre a formação e a exteriorização da vontade do responsável pela conduta criminosa.

d) a obediência às formas e aos procedimentos exigidos na criação da lei penal e, principalmente, na elaboração de seu conteúdo normativo.

e) a necessidade de que a conduta reprovável se encaixe no modelo descrito na lei penal vigente no momento da ação ou da omissão.

34. A tentativa

a) é impunível nos casos de ineficácia absoluta do meio e de relativa impropriedade do objeto.

b) não prescinde da realização de atos de execução, ainda que se trate de contravenção penal.

c) dispensa o exaurimento da infração, necessário apenas para que se reconheça a consumação nos crimes formais.

d) constitui causa geral de diminuição da pena, devendo o respectivo redutor corresponder à culpabilidade do agente, segundo pacífico entendimento jurisprudencial.

e) exige comportamento doloso do agente.

35. Segundo o Código Penal, a lesão corporal

- a) é qualificada se praticada contra delegado de polícia civil no exercício da função.
- b) admite substituição da pena de detenção pela de multa, se culposa.
- c) qualificada pela violência doméstica exige sujeito passivo feminino.
- d) seguida de morte admite a figura privilegiada.
- e) admite perdão judicial, se de natureza leve.

36. Maria e Mariana, ambas nascidas com genitais femininos, auto-identificadas e socialmente reconhecidas como mulheres, convivem em união estável e monogâmica. Ocorre que Maria, às escondidas, passa a manter relações sexuais com José. Mariana flagra Maria em ato sexual com José e, nesse contexto, Maria provoca injustamente Mariana, dizendo a José, em tom de escárnio, que Mariana é “xucra, burra e ruim de cama”, e que, além disso, Mariana “gosta de ser traída e não tomará qualquer atitude, por ser covarde e medrosa”. Embora nunca tenha praticado ato de violência doméstica, Mariana é tomada por violenta emoção e dispara projétil de arma de fogo contra a cabeça de Maria, que morre imediatamente. É correto afirmar que Mariana praticou

- a) ato típico, mas amparado por causa excludente de ilicitude.
- b) homicídio qualificado, por meio insidioso.
- c) feminicídio.
- d) homicídio privilegiado.
- e) homicídio qualificado, por motivo torpe.

37. Sobre o crime de falsidade ideológica:

- a) É atípica, em tese, a conduta daquele que faz inserir, em documento público, declaração falsa acerca do verdadeiro condutor de veículo envolvido em sinistro de trânsito uma vez que integrante do direito à ampla defesa.
- b) É necessária a realização de perícia, uma vez que, a exemplo do que ocorre com a falsidade

documental, a alteração é no conteúdo do documento.

c) O documento para fins de falsidade ideológica deve ser uma peça que tenha possibilidade de produzir prova de um determinado fato, ainda que para tanto sejam necessárias outras verificações.

d) É crime material, como todo falso, não sendo suficiente para sua consumação a mera potencialidade lesiva.

e) É atípica a conduta de fazer afirmações possivelmente falsas, em ação judicial, com base em documentos também tidos por adulterados (instrumentos procuratórios com assinaturas falsas e comprovantes de residência adulterados), uma vez que a Constituição Federal assegura a todos o acesso à justiça.

38. Sobre os crimes contra a Administração Pública, comete o crime de

- a) corrupção ativa aquele que exige, para si, direta ou indiretamente, ainda que fora da função, mas em razão dela, vantagem indevida.
- b) prevaricação aquele que, por indulgência, deixa de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo.
- c) condescendência criminosa aquele que se opõe à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo.
- d) denúncia caluniosa aquele que provoca a ação de autoridade, comunicando-lhe a ocorrência de crime que sabe não ter ocorrido.
- e) peculato aquele que se apropria de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, em proveito próprio ou alheio.

39. Se, com o objetivo de obter confissão, determinado agente de polícia, por meio de grave ameaça, constranger pessoa presa, causando-lhe sofrimento psicológico,

- a) e a vítima for adolescente, o crime será qualificado.
- b) estará configurada uma causa de aumento de pena.
- c) a critério do juiz, a condenação poderá acarretar a perda do cargo.
- d) provado o fato, a pena será de detenção.
- e) quem presenciar o crime e se omitir, incorrerá na mesma pena do agente.

40. É correto afirmar a respeito do crime de disparo de arma de fogo, previsto na Lei no 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento), que

- a) é inafiançável, de perigo abstrato e que não admite a suspensão condicional do processo.
- b) se trata de crime comum, de perigo abstrato e que não admite a suspensão condicional do processo.
- c) se trata de crime próprio, afiançável e que admite a suspensão condicional do processo.
- d) não admite a suspensão condicional do processo, é afiançável e trata-se de crime de mão-própria.
- e) é inafiançável, de perigo concreto e que admite a suspensão condicional do processo.

41. A Lei nº 4.898/65 regula o Direito de Representação e o processo de Responsabilidade Administrativa Civil e Penal, nos casos de abuso de autoridade. Acerca de referida lei, assinale a alternativa correta.

- a) Para os efeitos da Lei, considera-se autoridade quem exerce cargo, emprego ou função pública, de natureza civil ou militar apenas de forma permanente e remunerada.
- b) Caso haja necessidade de se aguardar decisão de ação penal ou civil, o processo administrativo poderá ser sobrestado.
- c) O início da ação penal depende de inquérito policial relatado e encaminhado ao órgão do Ministério Público.

- d) Nos termos da lei, constitui abuso de autoridade submeter pessoa sob sua guarda ou custódia a vexame ou a constrangimento não autorizado em lei.
- e) As testemunhas de acusação e defesa não poderão ser apresentadas em juízo, já que é imprescindível sua intimação.

42. Leandro, primário e de bons antecedentes, foi preso em flagrante porque tinha em sua casa, para fins de venda, 100g de maconha e 150g de cocaína na forma de crack, conforme laudo de exame de material entorpecente acostado ao procedimento. Após receber o procedimento principal, já com decisão de conversão do flagrante em preventiva, o Promotor de Justiça deverá denunciar Leandro por

- a) crime único de tráfico de drogas, podendo a natureza do material entorpecente e a quantidade de drogas serem avaliadas no momento de o juiz fixar pena base em caso de condenação.
- b) crime único de tráfico de drogas, não podendo a natureza do material entorpecente ser considerada quando da aplicação da pena base, mas tão só as circunstâncias judiciais do Art. 59 do CP e a quantidade de drogas.
- c) dois crimes de tráfico de drogas, reconhecendo o concurso formal de crimes, podendo ser aplicado o redutor do tráfico privilegiado em razão da primariedade do agente.
- d) dois crimes de tráfico de drogas, reconhecendo o concurso material de crimes, não podendo a quantidade de drogas ser considerada no momento da aplicação da pena base, mas tão só as circunstâncias judiciais do Art. 59 do CP;
- e) dois crimes de tráfico de drogas em concurso formal, podendo a quantidade e a natureza do material entorpecente serem valorizados no momento de aplicar a pena base.

Direito Processual Penal

43. A respeito do princípio constitucional do juiz natural, é correto afirmar que, na fase investigatória,

- a) ele é representado pelo delegado de polícia, que atua na presidência do inquérito policial e concretiza as medidas legais.
- b) não há, uma vez que para sua existência é imprescindível que haja o contraditório formal e a ampla defesa.
- c) não existe, pois nesta fase a autoridade judiciária exerce tão somente atividade correccional e nunca jurisdicional propriamente dita.
- d) poderá haver tão somente na hipótese de decretação de medidas que cerceiem a liberdade do investigado.
- e) ele é representado pelo juiz de direito que concede prazos, autoriza diligências e determina medidas restritivas.

44. Em havendo conflito entre o Código de Processo Penal e uma lei especial que contenha normas processuais, a solução será a

- a) aplicação da norma que for mais recente, independentemente de eventual benefício ao réu.
- b) aplicação da lei especial e, quando omissa, subsidiariamente do Código de Processo Penal.
- c) aplicação do que for mais favorável ao acusado, independentemente da data de promulgação.
- d) conjugação de ambos os diplomas, aplicando-se as normas que forem mais benéficas ao acusado.
- e) prevaência da regra geral do Código de Processo Penal, em virtude da proibição constitucional dos juízos de exceção.

45. Em relação à aplicação da lei processual penal, é correto afirmar que a lei

- a) nova será aplicada sem prejuízo da validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior.
- b) processual penal não admitirá aplicação analógica.
- c) processual penal não se sujeitará a tratados, convenções ou regras de direito internacional.
- d) nova e mais gravosa ao réu terá aplicação imediata somente para os novos processos que se tiverem iniciado depois de sua promulgação.
- e) nova será aplicada aos fatos pretéritos que eram regulados pela lei revogada.

46. Sobre o tratamento dado à competência pelo Código de Processo Penal, tem-se o seguinte:

- a) O juiz pode reconhecer, de ofício, incompetência relativa.
- b) No caso de ação penal pública condicionada à representação, o ofendido pode preferir o foro de domicílio ou da residência do réu, ainda quando conhecido o lugar da infração.
- c) O concurso formal de crimes não configura hipótese de continência.
- d) A legislação processual adota a teoria da ubiquidade para determinação do juízo competente pelo lugar da infração.
- e) A competência será determinada pela conexão quando duas ou mais pessoas forem acusadas pela mesma infração.

47. No que se refere à prova testemunhal, assinale a alternativa correta.

- a) Não se admite no processo/inquérito policial a presença de testemunhas indiretas, que são as que depõem sobre conhecimentos obtidos por intermédio de terceiros.
- b) É característica do testemunho a sua objetividade, isto é, a testemunha, como regra geral, depõe sobre fatos percebidos pelos seus sentidos, sem emissão de juízos de valor ou opinião pessoal.

c) A oitiva das testemunhas acontece no lugar que for a ela conveniente.

d) A judicialidade não é característica da prova testemunhal, à vista de sua produção se dar também em inquérito policial.

e) Informantes não são classificados como testemunhas por conta das informações sigilosas que detêm.

48. A citação

a) por mandado pode ser dispensada se for evidente que o réu sabe que está sendo processado criminalmente.

b) será pessoal sempre que o réu estiver preso.

c) por edital suspende o processo e o prazo prescricional no momento da sua publicação no diário oficial.

d) por carta precatória confere prazo em dobro para a apresentação de resposta escrita à acusação.

e) por hora certa é exclusiva do processo civil, pois inexistente citação ficta no processo penal brasileiro.

49. Após a instrução probatória e a apresentação de alegações finais pelas partes, caberá ao magistrado proferir sentença, observando as disposições previstas no Código de Processo Penal. De acordo com as disposições legais sobre o tema, é correto afirmar que:

a) o juiz, entendendo que deve ser mantida a prisão do réu, não precisará justificar tal manutenção por ocasião da sentença; mas, caso conceda a liberdade, deverá justificar;

b) o juiz não poderá fixar o valor da indenização por ocasião da sentença, ainda que haja requerimento do ofendido, dependendo de ação civil ex delicto;

c) o tempo de prisão provisória será computado para fins de determinação do regime inicial de pena privativa de liberdade;

d) a intimação do assistente de acusação será necessariamente pessoal, não podendo ocorrer por meio de seu advogado;

e) o réu somente poderá ser intimado da sentença condenatória pessoalmente se estiver preso.

50. Assinale a opção que apresenta a medida judicial cabível contra a decisão que, reconhecendo a ilegitimidade do Ministério Público para ajuizar a ação penal, deixa de receber a denúncia e extingue a punibilidade em face da decadência.

a) correção parcial

b) apelação

c) carta testemunhável

d) recurso em sentido estrito

e) recurso de ofício

51. Da decisão que conceder a reabilitação cabe

a) correção parcial.

b) recurso em sentido estrito.

c) somente o recurso de ofício.

d) revisão.

e) apelação.

52. Segundo o direito vigente, a aplicação de castigos físicos nos presos é

a) admissível nos casos de estrita necessidade para evitar movimentos contra a ordem e a disciplina (rebeliões).

b) admissível de forma moderada e sob estrita supervisão médica.

c) admissível mediante expressa e específica autorização do juiz da execução penal.

d) admissível como sanção disciplinar máxima, nos estritos casos de falta grave, apurada em regular procedimento administrativo e assegurada a ampla defesa.

e) inadmissível.

53. Em relação à remição, pode-se assegurar que

- a) o tempo remido será computado como pena cumprida, para todos os efeitos
- b) o juiz, em caso de falta grave, poderá revogar até 1/3 (um terço) do tempo remido, não recomeçando a contagem a partir da infração disciplinar.
- c) admissível, pelo trabalho, apenas para condenado que cumpre pena em regime fechado
- d) o condenado que usufrui de liberdade condicional poderá remir, pelo trabalho ou por estudo, parte do tempo do período de prova.
- e) indevida nas hipóteses de prisão cautelar.

54. No procedimento relativo aos processos da competência do Tribunal do Júri, a intimação da decisão de pronúncia será feita pessoalmente somente ao

- a) acusado que estiver preso, ao defensor nomeado e ao Ministério Público.
- b) acusado, ao defensor nomeado e ao Ministério Público.
- c) defensor nomeado ou constituído e ao Ministério Público.
- d) acusado, ao defensor constituído e ao Ministério Público.
- e) defensor nomeado e ao Ministério Público.

Direito Civil

55. No ano de 2017, houve profundas e significativas mudanças no texto da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), popularmente denominadas reforma trabalhista. Entre as disposições contidas na referida reforma, há a previsão de que o vigor da norma dar-se-á depois de decorridos 120 dias da respectiva publicação oficial. Considerando essa alteração legislativa e com base na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, assinale a alternativa correta.

- a) As alterações em texto de lei já em vigor, como no exemplo apresentado, não são consideradas lei nova.
- b) A única forma possível para que lei posterior revogue a anterior é quando expressamente assim o declare.
- c) A disposição que prevê que o vigor da norma dar-se-á depois de decorridos 120 dias da respectiva publicação oficial contraria regra trazida na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, que impõe que todas as leis começarão a vigorar, obrigatoriamente, em todo o País, 45 dias depois de oficialmente publicadas.
- d) A lei revogada não se restaura por ter perdido a vigência, ainda que haja previsão legal para tanto.
- e) Ninguém pode se escusar de cumprir as previsões legais trazidas pela reforma trabalhista alegando que não a conhece.

56. De acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro,

- a) o princípio da obrigatoriedade das leis é incompatível com o instituto do erro de direito.
- b) em relação à eficácia da lei no tempo, a retroatividade de uma lei no ordenamento jurídico será máxima.
- c) adota-se, quanto à eficácia da lei no espaço, o princípio da territorialidade mitigada.
- d) em caso de omissão da lei, o juiz decidirá o caso de acordo com as regras de experiência.
- e) será admitida correção de texto legal apenas antes de a lei entrar em vigor.

57. Maria decidiu alugar um imóvel de sua propriedade para Ana, que, no momento da assinatura do contrato, tinha dezessete anos de idade. Nessa situação hipotética, o contrato celebrado pelas partes é

- a) nulo, uma vez que foi firmado por pessoa absolutamente incapaz, condição que pode

servir de argumento para Ana extinguir o contrato.

b) anulável, portanto passível de convalidação, ressalvado direito de terceiros.

c) válido, desde que tenha sido formalizado por escritura pública, visto que tem por objeto um imóvel.

d) nulo, porque Ana deveria ter sido representada por um de seus genitores.

e) válido, ainda que Ana não possua capacidade de direito para celebrar o contrato de aluguel.

58. Sobre a pessoa jurídica de direito privado, dispõe o Código Civil que:

a) as disposições acerca das associações aplicam-se subsidiariamente às sociedades empresárias e às sociedades simples.

b) começa sua existência legal com o pedido de inscrição de seus atos constitutivos perante o registro respectivo.

c) se extingue sua existência legal com a dissolução ou com a cassação, se for o caso, da autorização para seu funcionamento.

d) tem proteção dos direitos de personalidade apenas quanto ao nome, desde o respectivo registro até a dissolução.

e) as organizações religiosas serão regidas por lei própria, que poderá dispor sobre a organização e a estrutura interna.

59. A relação jurídica pela qual certa pessoa se obriga diretamente perante terceiro, por meio de ato praticado em seu nome, produzindo efeitos jurídicos, denomina-se

a) encargo.

b) cessão de débito.

c) cessão de direitos.

d) corretagem.

e) representação.

60. Considere as assertivas abaixo a respeito dos requisitos para a usucapião familiar, inserida no Código Civil pela Lei nº 12.424/2011.

I. boa-fé e justo título.

II. posse ininterrupta e sem oposição pelo prazo de dois anos.

III. posse direta e com exclusividade sobre imóvel urbano de até 250 m² (duzentos e cinquenta metros quadrados).

IV. usucapiente não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

V. o usucapiente seja proprietário de parte do imóvel juntamente com ex-cônjuge ou ex-companheiro que abandonou o lar.

Está correto o que se afirma APENAS em:

a) II, IV e V.

b) II, III e IV.

c) II, III, IV e V.

d) I, II, IV e V.

e) I, II, III e IV.

61. Considerando-se os princípios atuais aplicáveis à família, inclusive sob o prisma constitucional,

a) o casamento homoafetivo é possível, estabelecendo relações obrigacionais mútuas, mas por falta de previsão legal não estabelece relações sucessórias, devendo os cônjuges homoafetivos beneficiarem-se por meio de testamento.

b) à união estável aplicam-se somente as normas do direito civil obrigacional, acrescidas daquelas que amparam a mulher previdenciariamente e no reconhecimento da constituição de patrimônio comum.

c) nada obstante a igualdade jurídica entre homem e mulher, permanece o patriarcalismo, residualmente, na administração do patrimônio material do núcleo familiar.

d) os filhos possuem direitos iguais, independentemente de sua origem, salvo aqueles adotados após a maioridade, em relação a restrições sucessórias, somente.

e) a paternidade socioafetiva, declarada ou não em registro público, não impede o

reconhecimento do vínculo de filiação concomitante baseado na origem biológica, com todas as suas consequências patrimoniais e extrapatrimoniais.

62. Sobre a exclusão da sucessão, assinale a alternativa correta.

- a) Aquele que caluniou em juízo o autor da herança não será admitido a suceder, ainda que o ofendido o tiver reabilitado em testamento de forma expressa.
- b) Aquele que, por meios fraudulentos, inibir o autor da herança de dispor livremente de seus bens por ato de última vontade será excluído da sucessão, bastando, para tanto, decisão administrativa do juiz.
- c) O direito de demandar a exclusão do herdeiro extingue-se em quatro anos, a contar da data de abertura do testamento.
- d) Os descendentes do herdeiro excluído sucedem como se ele morto fosse antes da abertura da sucessão, uma vez que são pessoais os efeitos da exclusão.
- e) O excluído da sucessão é obrigado a restituir os frutos e rendimentos que dos bens da herança houver percebido, sem direito a indenização pelas despesas com a conservação deles.

Direito Processual Civil

63. Dispõe o CPC que o juiz decidirá o mérito nos limites propostos pelas partes, sendo-lhe vedado conhecer de questões não suscitadas a cujo respeito a lei exija a iniciativa da parte. Esse enunciado compreende os princípios:

- a) da adstrição ou congruência e da persuasão racional.
- b) do impulso oficial e dispositivo.
- c) da adstrição ou congruência e dispositivo.
- d) da persuasão racional e do livre convencimento.
- e) do livre convencimento e da eventualidade.

64. A teoria ternária classifica a tutela jurisdicional em condenatória, constitutiva e declaratória. Cada uma dessas tem relação de proximidade com institutos de caducidade. Assim, é possível associar como regra as tutelas condenatórias, constitutivas e declaratórias, respectivamente, com a

- a) prescrição, a decadência e a imprescritibilidade.
- b) decadência, a prescrição e a imprescritibilidade.
- c) imprescritibilidade, a decadência e a prescrição.
- d) prescrição, a imprescritibilidade e a decadência.
- e) decadência, a imprescritibilidade e a prescrição.

65. É competente o foro

- a) do domicílio do réu, somente, para a ação de reparação de dano sofrido em razão de delito ou acidente de veículos, inclusive aeronaves.
- b) do lugar da sede da serventia notarial ou de registro, para a ação de reparação de dano por ato praticado em razão do ofício.
- c) de domicílio do autor, exclusivamente, para as causas em que sejam autores Estado, Distrito Federal ou União.
- d) de domicílio do autor ou do réu na ação em que este último for incapaz.
- e) de situação da coisa, sempre, para as ações fundadas em direito pessoal sobre bens móveis.

66. São deveres das partes, de seus procuradores e de todos aqueles que de qualquer forma participem do processo, conforme determina o Código de Processo Civil de 2015,

- a) expor o direito em juízo conforme a verdade.
- b) não formular pretensão ou defesa quando ciente de que são polêmicas.
- c) cumprir com exatidão as decisões jurisdicionais de natureza final, não criando

embaraços à sua efetivação, discutindo as de natureza provisória.

d) não praticar qualquer inovação, transação ou assunção no estado de direito do bem litigioso.

e) declinar, no primeiro momento que lhe couber falar nos autos, o endereço residencial ou profissional onde receberão intimações, atualizando essa informação sempre que ocorrer qualquer modificação temporária ou definitiva.

67. O Ministério Público ajuizou ação de anulação do casamento em face dos irmãos João e Maria. João conhecia o referido impedimento, pois sabia que Maria era sua irmã. Todavia, esta desconhecia completamente o grau de parentesco entre eles. Nesse sentido, a ação deverá ser proposta:

a) em litisconsórcio passivo, originário, necessário e simples;

b) em litisconsórcio passivo, eventual, necessário e comum;

c) em litisconsórcio passivo, originário, necessário e unitário;

d) em litisconsórcio passivo, originário, facultativo e unitário;

e) apenas em face de João, eis que somente este estava com má-fé.

68. Compete ao juiz, de acordo com o novo código de processo civil, exceto:

a) Determinar, a qualquer tempo, o comparecimento pessoal das partes, para inquiri-las sobre os fatos da causa, hipótese em que não incidirá a pena de confesso.

b) Decidir sempre com equidade.

c) Velar pela duração razoável do processo.

d) Determinar todas as medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou sub-rogatórias necessárias para assegurar o cumprimento de ordem judicial, inclusive nas ações que tenham por objeto prestação pecuniária.

e) Exercer o poder de polícia, requisitando, quando necessário, força policial, além da segurança interna dos fóruns e tribunais.

69. A fixação de calendário para a prática de atos processuais

a) vincula as partes, mas não o juiz.

b) torna dispensável intimação para a audiência cuja data esteja designada no calendário.

c) é uma convenção processual e, portanto, não pode ser firmada pela fazenda pública.

d) deve assumir a forma determinada em lei para evitar falha que gere nulidade.

e) é uma convenção processual que, se estipular confidencialidade, permitirá que o processo tramite em segredo de justiça.

70. Quanto à audiência de instrução e julgamento em procedimento comum, assinale a alternativa correta.

a) Será possível a gravação da audiência em imagem e em áudio pelas partes, em meio digital ou analógico, somente se houver autorização judicial.

b) Enquanto depuserem o perito, os assistentes técnicos, as partes e as testemunhas, poderão os advogados e o Ministério Público intervir ou apartear, independentemente de licença do juiz.

c) O juiz poderá dispensar a produção de provas requerida pelo Ministério Público ou pelo defensor público, se o promotor de justiça ou o defensor público não comparecerem à audiência.

d) Nas provas orais produzidas em audiência, devem ser ouvidos, obrigatoriamente, nesta ordem: o perito e os assistentes técnicos; o autor e o réu que prestarem depoimentos pessoais; as testemunhas arroladas pelo autor e, por último, as testemunhas arroladas pelo réu.

e) Instalada a audiência, o juiz pode deixar de tentar conciliar as partes se já tiver empregado anteriormente outros métodos de solução consensual de conflitos.

Direito da Infância e Juventude

71. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, um dos princípios que regem a aplicação das medidas protetivas é o

- a) da responsabilidade primária e solidária do poder público.
- b) higienista.
- c) tutelar.
- d) da matricialidade judicial.
- e) da situação irregular.

72. As entidades que desenvolvem programa de abrigo

- a) são fiscalizadas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- b) dependem de autorização judicial para funcionar.
- c) podem receber crianças sem prévia determinação do Conselho Tutelar.
- d) podem aplicar medidas pertinentes aos pais ou responsável necessárias ao reatamento dos vínculos familiares.
- e) devem oferecer, em suas dependências, pelo menos escolarização e profissionalização a crianças e/ou adolescentes.

73. A colocação em família substituta estrangeira

- a) é admitida em todas as modalidades, desde que autorizadas pelo juiz competente.
- b) não encontra qualquer restrição, se houver vínculo de parentesco até o quarto grau com o menor, independentemente de vínculos de afinidade e afetividade.
- c) constitui medida excepcional, somente admissível na modalidade de adoção.
- d) é absolutamente vedada.
- e) constitui medida excepcional, somente admissível nas modalidades de guarda e de tutela.

74. O Conselho Tutelar

- a) será composto de cinco membros, escolhidos pela comunidade local para mandato de três anos, permitida uma recondução.
- b) poderá aplicar penalidades administrativas aos casos de infrações contra norma de proteção a criança ou adolescente.
- c) é órgão permanente, autônomo e jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.
- d) possui como atribuição encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente.
- e) constitui serviço público relevante, estabelecendo presunção de idoneidade moral e assegurando aos conselheiros a prisão especial, em caso de crime comum.

75. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, compete ao Ministério Público:

- a) nos processos e procedimentos em que for parte, ter vista dos autos posteriormente às demais partes, na defesa dos direitos e interesses previstos no Estatuto.
- b) homologar a remissão para exclusão do processo de apuração de ato infracional.
- c) representar ao juízo visando a aplicação de penalidades por infrações cometidas contra as normas de proteção à infância e à juventude.
- d) promover, desde que por solicitação do interessado, a inscrição de hipoteca legal de bens de crianças e adolescentes em caso de falta dos pais ou responsável.
- e) requerer à autoridade judiciária medidas que interrompam as irregularidades constatadas na fiscalização de entidades de atendimento, haja vista que não pode adotar de pronto medidas administrativas para saná-las.

76. O advogado, segundo disciplina o Estatuto da Criança e do Adolescente,

- a) deve estar presente, sob pena de nulidade, no ato de oitiva informal do adolescente pelo representante do Ministério Público.
- b) deve propor a ação socioeducativa nos casos de ato infracional equiparado a crime de ação penal privada.
- c) é integrante obrigatório da equipe da assessoria técnica dos conselhos tutelares.
- d) é dispensado de atuar em defesa do requerido nos processos de apuração de infração administrativa às normas de proteção à criança e ao adolescente.
- e) é dispensado de representar os adotantes quando o pedido de adoção recair sobre criança cujos pais sejam falecidos ou destituídos do poder familiar.

Tutela de Interesses Difusos e Coletivos

77. São instrumentos da política nacional do meio ambiente:

- a) sistema nacional de informações sobre o meio ambiente, crédito rural e avaliação de impactos ambientais.
- b) seguro ambiental, relatório de qualidade do meio ambiente e concessão florestal.
- c) zoneamento ambiental, licenciamento e planejamento agrícola.
- d) avaliação de impactos ambientais, cooperativismo e zoneamento ambiental.
- e) criação de espaços territoriais, associativismo e licenciamento.

78. O controle jurisdicional da administração pública

- a) ocorre apenas em relação aos atos e contratos realizados pela própria administração.
- b) reavalia os critérios de conveniência e oportunidade dos atos que sejam privativos do administrador público.
- c) pode ser realizado de forma ampla e irrestrita.

- d) desencadeia-se por provocação e é realizado por juízes dotados de independência.
- e) acompanha a realização do ato para verificar a regularidade da formação deste.

79. O Tribunal de Contas

- a) auxilia o Legislativo na fiscalização da aplicação de subvenções e na apreciação de renúncia de receitas.
- b) é subordinado ao Poder Legislativo, ao qual auxilia no exercício do Controle Externo.
- c) integra o Poder Legislativo, por força de disposição constitucional.
- d) não integra nenhum dos Poderes, condição assegurada por cláusula pétrea constitucional.
- e) tem a titularidade do exercício do controle externo e suas decisões de que resultem multa ou imputação de débito tem a natureza de título executivo.

80. Em mandado de segurança

- a) é cabível a interposição de embargos infringentes.
- b) fica dispensado o reexame necessário, quando o direito controvertido for de valor certo não excedente a 60 (sessenta) salários mínimos.
- c) pode o Superior Tribunal de Justiça julgar em recurso ordinário o mérito do mandamus extinto na origem sem análise de mérito, aplicando a "teoria da causa madura".
- d) é cabível a sua impetração para o Tribunal de Justiça, visando o controle sobre a competência dos juizados especiais estaduais, contra decisão de mérito de turma de colégio recursal.
- e) a coisa julgada não pode gerar execução de obrigação de pagar, em face do ente político ao qual está vinculada a autoridade coatora.

81. A ação civil pública NÃO poderá

- a) ser instaurada pelo juiz de direito de ofício.
- b) ser proposta pelos Estados e Municípios.
- c) ter por objeto condenação em dinheiro.

- d) ser ajuizada pela Defensoria Pública da União.
- e) ser ajuizada para reparar infração à ordem econômica.

82. O Estatuto da Pessoa com Deficiência prevê que

- a) a pessoa com deficiência, uma vez constatada essa condição, está obrigada à fruição de benefícios decorrentes de ações afirmativas.
- b) é considerada deficiente a pessoa com impedimento de curto, médio ou longo prazo de natureza física ou mental, de modo a obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em condições isonômicas às demais pessoas.
- c) é defesa a recusa de oferta de obra intelectual em formato acessível à pessoa com deficiência, sob qualquer argumento, inclusive sob alegação de proteção dos direitos de propriedade intelectual.
- d) poderá ela ser obrigada a se submeter a intervenção clínica ou cirúrgica, ou a tratamento compulsório, a fim de garantir seu direito à vida digna.
- e) o consentimento livre, prévio e esclarecido da pessoa com deficiência é prescindível para a realização de tratamento, procedimento, hospitalização e pesquisa científica.

83. O Estatuto do Idoso define o idoso como aquele com idade igual ou superior a

- a) 60 (sessenta) anos, garantindo a ele todos os direitos previstos no respectivo diploma legal.
- b) 65 (sessenta e cinco) anos, garantindo a ele todos os direitos previstos no respectivo diploma legal.
- c) 70 (setenta) anos, garantindo a ele todos os direitos previstos no respectivo diploma legal.
- d) 60 (sessenta) anos, mas estabelecendo idades e circunstâncias diferenciadas para o exercício pleno de todos os direitos previstos no respectivo diploma legal.

- e) 65 (sessenta e cinco) anos, mas estabelecendo idades e circunstâncias diferenciadas para o exercício pleno de todos os direitos previstos no respectivo diploma legal.

84. É correto afirmar que os programas ou projetos de inclusão social

- a) podem ser criados e gerenciados apenas pelos governos federal e estaduais.
- b) são ações que visam inserir pessoas no mercado de trabalho, na escola, no universo da informática e outros.
- c) são ações que visam retirar as pessoas das regiões periféricas trazendo-as para os centros urbanos.
- d) são ações populares de reivindicação de melhores condições de vida e trabalho.
- e) são programas que visam possibilitar o ingresso de pessoas nas universidades federais.

85. Art. 5º da CF, Item XXXII – o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa

- a) Do consumidor
- b) Do cidadão de bem.
- c) Dos direitos da criança e do adolescente.
- d) Da votação.
- e) Da prática do racismo.

86. O inquérito civil é um procedimento

- a) judicial com finalidade investigativa sob a presidência do órgão do Ministério Público, destinado a colher provas para instrução de ação popular.
- b) extraprocessual de natureza judicial, com finalidade de apurar dano ambiental e condenar o causador do dano na esfera civil.
- c) administrativo obrigatório com finalidade investigativa sob a presidência do órgão do Ministério Público, destinado a instruir ação civil pública.
- d) judicial e extraprocessual composto por duas fases, instauração e instrução, somente podendo

ser concluído em sede de ação civil pública, se houver uma transação.

e) administrativo com finalidade investigativa e extra-processual, sob a presidência do órgão do Ministério Público, destinado a colher provas para instruir ação civil pública.

87. Sobre o Poder de Polícia Ambiental, assinale a opção incorreta.

a) Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista exercem poder de polícia ambiental, desde que exista lei assim determinando.

b) Agentes das Capitânicas dos Portos, do Ministério da Marinha, possuem competência para lavrar auto de infração ambiental e instaurar o processo administrativo respectivo.

c) Não poderia ser exercido por um órgão federal em face de outro estadual, tendo em vista a autonomia das entidades e o equilíbrio federativo.

d) É a atividade da Administração Pública que limita ou disciplina direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou a abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à saúde da população, à conservação dos ecossistemas, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas ou de outras atividades dependentes de concessão, autorização/permissão ou licença do poder público de cujas atividades possam decorrer poluição ou agressão à natureza.

e) Pode ser exercido pela Administração Direta frente à Administração Descentralizada.

88. Considera-se Licenciamento Ambiental o procedimento administrativo

a) que busca proteger, defender e conservar o meio ambiente ecologicamente equilibrado, promovendo gestão descentralizada, democrática e eficiente.

b) que permite harmonizar as políticas e ações administrativas para evitar a sobreposição de

atuação entre os entes federativos, de forma a evitar conflitos de atribuições e garantir uma atuação administrativa eficiente.

c) destinado a licenciar atividades ou empreendimentos utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental.

d) que permite ação do ente da Federação que se substitui ao ente federativo originariamente detentor das atribuições, nas hipóteses definidas por Lei.

e) que dá origem à ação do ente da Federação que visa auxiliar no desempenho das atribuições decorrentes das competências comuns, quando solicitado pelo ente federativo originariamente detentor das atribuições definidas por Lei.

Direito Comercial e Empresarial

89. O artigo 966 do Código Civil define como empresário aquele que exerce

a) atividade profissional organizada com a finalidade de produção ou circulação de bens ou de serviços.

b) atividade profissional econômica organizada com a finalidade de produção ou circulação de bens ou de serviços.

c) atividade eventual econômica, organizada com a finalidade de circulação de bens ou serviços.

d) atividade eventual econômica não organizada com a finalidade de produção e circulação de bens ou de serviços.

e) atividade profissional econômica organizada com a finalidade de produção e circulação de bens ou de serviços.

90. Acerca de propriedade industrial e concorrência desleal, assinale a opção correta.

a) Se não registradas no Instituto Nacional de Propriedade Industrial, as marcas, ainda que

notoriamente conhecidas, não se habilitam a receber tutela do direito industrial brasileiro.

b) O desenho industrial registrável deve ser novo e original, isto é, não compreendido no estado da técnica e não limitado à combinação inusitada de elementos já conhecidos.

c) O réu processado por crime de concorrência desleal pode alegar, em sua defesa, nulidade da patente e, se absolvido com base nesse argumento, a patente será anulada na própria sentença criminal.

d) Em se tratando de silêncio do contrato, será considerado desleal o alienante de estabelecimento empresarial que fizer concorrência ao adquirente antes de decorridos cinco anos da transferência.

e) A proteção ao uso das marcas busca preservar seu titular de usurpação, proveito econômico parasitário e desvio desleal de clientela alheia, não alcançando proteção ao consumidor.

91. Nas sociedades não personificadas,

a) os bens sociais, nas sociedades em comum, respondem pelos atos de gestão praticados por qualquer dos sócios, salvo pacto expresso limitativo de poderes, que somente terá eficácia contra o terceiro que o conheça ou deva conhecer.

b) na sociedade em comum, os sócios, nas relações entre si ou com terceiros, podem provar a existência da sociedade por todos os meios de prova admitidos em direito, mas os terceiros só podem prová-la por escrito.

c) a constituição da sociedade em conta de participação independe de formalidade, mas só pode provar-se documentalmente.

d) o contrato social da sociedade em conta de participação produz efeito somente entre os sócios, mas a eventual inscrição de seu instrumento em qualquer registro confere personalidade jurídica à sociedade.

e) na sociedade em conta de participação, como regra o sócio ostensivo pode admitir livremente novo sócio sem anuência expressa dos demais, por ser quem exerce a atividade constitutiva do objeto social.

92. No mercado de capitais podem ser distinguidos dois segmentos: o mercado primário e o mercado secundário. Quanto a isto, pode-se afirmar:

a) No mercado secundário ocorrem as emissões públicas de novos valores mobiliários, mediante a mobilização da poupança popular. É no mercado primário que se atende a finalidade principal do mercado de capitais, que é de permitir a captação de recursos públicos.

b) No mercado primário ocorrem as emissões públicas de novos valores mobiliários, mediante a mobilização da poupança popular. É no mercado primário que se atende a finalidade principal do mercado de capitais, que é de permitir a captação de recursos públicos.

c) No mercado primário não ocorrem as emissões públicas de novos valores mobiliários. É no mercado primário que se atende a finalidade principal do mercado de capitais, que é de permitir a captação de recursos públicos.

d) Sem a existência de um mercado primário ativo, ficariam muito prejudicadas as operações de captações de novos recursos no mercado secundário.

e) A função essencial do mercado primário é a de conferir liquidez aos valores mobiliários, permitindo que os seus adquirentes possam vendê-los rapidamente.

Direitos Humanos

93. Considerando a evolução histórica dos direitos humanos, assinale a alternativa que indica corretamente as três gerações de direitos, na ordem histórica em que elas são classificadas pela doutrina.

- a) Direitos da coletividade; direitos de solidariedade ou de fraternidade; e direitos e garantias individuais.
- b) Direitos de liberdade positiva; direitos de liberdade negativa; e direitos de solidariedade ou de fraternidade.
- c) Direitos civis e sociais; direitos de liberdades e garantias individuais; e direitos coletivos e transindividuais.
- d) Direitos de liberdade negativa, civis e políticos; direitos econômicos, sociais e culturais; e direitos de fraternidade ou de solidariedade.
- e) Direitos trabalhistas; direitos sociais; e direitos da democracia.

94. A respeito da Comissão Interamericana dos Direitos Humanos, é correto afirmar que

- a) após a primeira eleição da Comissão, a duração do mandato dos seus membros será de 4 anos e poderão ser reeleitos por uma só vez.
- b) a Comissão é órgão auxiliar da ONU e tem como função primordial a supervisão das obrigações dos Estados em virtude da Convenção Americana sobre Direitos Humanos.
- c) a competência para apresentar à Comissão petições que contenham denúncias ou queixas de violação desta Convenção por um Estado-Parte será do Ministério Público Federal.
- d) a Comissão é composta por 7 membros eleitos, que atuam como representantes dos seus respectivos governos.
- e) a Comissão é um órgão de caráter jurisdicional que foi criado pela Convenção com tripla função, a consultiva, a contenciosa e a executiva.

95. A incorporação, no Brasil, de um tratado internacional de direitos humanos exige a

- a) ratificação pelo presidente da República e a edição de um decreto de execução.
- b) assinatura do tratado, sua aprovação pelo Poder Legislativo, sua ratificação pelo presidente

da República e a edição de um decreto de execução.

- c) ratificação pelo presidente da República.
- d) assinatura do tratado, sua aprovação pelo Poder Legislativo e sua ratificação pelo presidente da República.
- e) aprovação pelo Poder Legislativo e a ratificação pelo presidente da República.

96. A intervenção do Ministério Público é obrigatória na hipótese de internação de pessoa portadora de transtornos mentais,

- a) sempre que o juiz remeter os autos ao Promotor de Justiça.
- b) quando for determinada por médico não psiquiatra.
- c) quando for involuntária ou compulsória.
- d) se for voluntária.
- e) somente no caso do paciente ser criança ou adolescente.

Direito Eleitoral

97. Sufrágio é o

- a) comparecimento à seção de votação e assinatura da folha de votação, para a escolha de candidatos regularmente registrados em pleito eleitoral.
- b) instrumento através do qual o cidadão manifesta sua vontade para escolha de governantes em um regime representativo.
- c) direito público subjetivo de eleger, ser eleito e de participar da organização e da atividade do poder estatal.
- d) documento oficial onde o cidadão assinala o nome de um candidato, manifestando sua vontade para escolha de governantes em um regime representativo.
- e) ato de assinalar na urna eletrônica o nome de um candidato, manifestando sua vontade para escolha de governantes em um regime representativo.

98. Maria há anos estava filiada ao Partido Político Delta. Com a alteração de suas concepções ideológicas, decidiu filiar-se ao partido Alfa, sem que tivesse sido previamente providenciada a desfiliação do Partido Delta.

Na segunda quinzena de outubro do ano da nova filiação, ambos os Partidos Políticos encaminharam, à Justiça Eleitoral, a relação com o nome de todos os seus filiados.

À luz da legislação eleitoral vigente, a Justiça Eleitoral deve:

- a) determinar o cancelamento de ambas as filiações;
- b) intimar Maria para que opte por uma das filiações;
- c) determinar o cancelamento da filiação mais recente;
- d) cancelar, pela infidelidade, o alistamento eleitoral de Maria;
- e) determinar o cancelamento da filiação mais antiga.

99. Assinale a opção correta acerca da fidelidade partidária.

- a) Incumbe às partes acionadas o ônus da prova de fato extintivo, impeditivo ou modificativo da eficácia do pedido.
- b) Inexiste litisconsórcio passivo necessário no procedimento de perda de cargo eletivo por infidelidade partidária.
- c) A mudança ou o desvio reiterado do estatuto do partido configuram situações de justa causa para desfiliação partidária.
- d) O juiz eleitoral é competente para processar e julgar pedido relativo a mandato de vereador.
- e) Até cinco testemunhas podem ser arroladas por cada parte no procedimento de perda de cargo eletivo por infidelidade partidária.

100. No dia da eleição, a propaganda de boca de urna

- a) só é proibida se realizada por grupo de pessoas.
- b) é proibida e constitui crime, de acordo com a legislação em vigor.
- c) só é proibida se realizada de forma acintosa e inconveniente
- d) é permitida, desde que a cem metros dos locais de votação.
- e) é permitida, desde que a duzentos metros do local de votação.

Proposta de Redação
“O papel do Ministério Público para a melhoria da segurança pública”

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Proposta de Redação
“Conceito de consumidor e sua problemática jurídica”

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Gabarito – 1º Simulado

01	D	26	D	51	E	76	E
02	B	27	D	52	E	77	B
03	E	28	A	53	A	78	D
04	B	29	E	54	B	79	A
05	E	30	C	55	E	80	D
06	E	31	B	56	C	81	A
07	A	32	C	57	B	82	C
08	C	33	A	58	A	83	D
09	B	34	E	59	E	84	B
10	D	35	D	60	C	85	A
11	A	36	D	61	E	86	E
12	D	37	E	62	D	87	C
13	A	38	E	63	C	88	C
14	D	39	B	64	A	89	B
15	B	40	B	65	B	90	D
16	A	41	D	66	E	91	A
17	C	42	A	67	C	92	B
18	D	43	E	68	B	93	D
19	A	44	B	69	B	94	A
20	B	45	A	70	C	95	D
21	C	46	A	71	A	96	C
22	A	47	B	72	C	97	C
23	A	48	B	73	C	98	E
24	C	49	C	74	D	99	A
25	B	50	D	75	C	100	B

